

INTERVENÇÃO DO MINISTRO DO AMBIENTE E DA AÇÃO CLIMÁTICA

AUDIÇÃO REGIMENTAL DA COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Assembleia da República, 20 de maio de 2020, 11:00 horas

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores deputados,

A ameaça com que lidamos há três meses é invisível, mas real. Também real foi o esforço realizado nos setores que tutelamos e esse esforço, de milhares de profissionais, merece não passar invisível. As áreas tuteladas pelo Ambiente e pela Ação Climática não pararam durante a fase mais crítica da pandemia.

Não parámos no setor da água.

De forma a assegurar a continuidade e a não interrupção da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, garantimos o funcionamento de todos os sistemas, da adução aos reservatórios, bem como as operações de manutenção e reparação de avarias. Também garantimos o controlo da qualidade da água para consumo humano de acordo com as orientações da autoridade competente. O mesmo aconteceu com os sistemas de recolha, drenagem e tratamento de águas residuais. Fizemo-lo, ainda, assegurando os serviços de apoio aos clientes, em regime de teletrabalho, de forma a protegê-los, e, fazendo valer o princípio da segurança, promovemos o revezamento dos trabalhadores nas empresas,

evitando o contacto direto entre equipas. Não menos importante, por proposta do Governo, esta Assembleia aprovou um diploma que permite a celebração de acordos de Regularização de Dívida dos municípios às empresas da Águas de Portugal pelas faturas de abril a junho de 2020 que pudessem estar em risco de pagamento, recorrendo a verbas do Banco Europeu de Investimento. Essas dívidas não vencem juros de mora no período compreendido entre a data de vencimento da respetiva fatura e o dia 30 de setembro de 2020, e podem ser pagas num período de 25 anos.

Não parámos no setor dos resíduos.

Com o objetivo de proteger os trabalhadores do setor, de evitar o contágio e de assegurar a correta eliminação dos resíduos, privilegiámos a eliminação por incineração, sobretudo nas áreas metropolitanas. Também suspendemos a obrigação de pré-tratamento dos resíduos urbanos que se destinam a aterro. E ainda permitimos a extensão dos horários de funcionamento e o aumento da capacidade de armazenagem dos operadores de gestão de resíduos urbanos e hospitalares.

Não parámos no setor dos transportes.

Prosseguindo os objetivos da segurança da população e dos trabalhadores, perante uma redução da procura da ordem dos 80% durante o Estado de Emergência, diminuámos em menos a oferta, por forma a garantirmos que a lotação dos veículos não ultrapassava em um terço a sua capacidade. Mantivemos os primeiros e os últimos horários dos serviços, para assegurar a ida para o trabalho e o regresso a casa dos trabalhadores que mais dependem do transporte coletivo. E as empresas reforçaram ainda a limpeza das instalações e, sobretudo, dos equipamentos usados pelos utentes, procedendo a desinfecções extraordinárias mensais. Após

a saída do Estado de Emergência, reforçámos a oferta, assegurando um serviço que tem mantido a capacidade de transportar a população em segurança.

Não parámos nas obras do Baixo Mondego.

Impunham-se estas obras por causa das cheias de dezembro de 2019, que atingiram severamente o concelho de Montemor-o-Novo e danificaram o sistema de diques e de canais do Baixo Mondego.

Além da imediata execução de aterros para fecho das roturas das estruturas de proteção de cheias, foram realizados trabalhos de reparação do canal condutor geral, de forma a permitir repor o sistema de abastecimento de água, incluindo a rega dos campos do Baixo Mondego e o fornecimento à indústria de papel.

Na visita que realizei ao Baixo Mondego, a 8 de maio, tive oportunidade de observar os trabalhos em curso na reparação de diques, canais e sistemas de proteção contra cheias, empreitadas de emergência, que representam um investimento de 12 milhões de euros, para repor as infraestruturas do Aproveitamento Hidráulico do Mondego danificadas pelas cheias de dezembro de 2019.

Senhoras e senhores deputados,

Se não parámos durante o Estado de Emergência e na fase mais crítica da pandemia, também não deixámos para mais tarde o trabalho de preparação da saída da crise.

Consultando mais de 30 especialistas – gestores, académicos, ativistas ambientais, cientistas, empresários e cientistas –, preparámos o futuro dos nossos setores.

Fomos os primeiros a assumir a neutralidade carbónica em 2050 e construímos um roteiro (RNC2050) para tal. Sabemos que a década de 2020/30 é a chave para atingirmos os nossos objetivos e o Plano Nacional Energia e Clima (PNEC2030) que elaborámos comprova-o pela sua ambição. Temos um Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) que integra as opções certas para o território e a valorização do capital natural, o qual influenciou de forma determinante a política de paisagem com que queremos renovar a nossa prática florestal. Estruturámos um Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC) e estamos a fazer igual exercício para a Bioeconomia.

Ou seja, não podemos dizer que não tínhamos trabalho feito para preparar o futuro. Mas a intensidade e a magnitude da crise pandémica obrigaram-nos a realinhar os nossos objetivos.

É nosso entendimento que as respostas a esta crise, que ao contrário da de 2009 atingiu todos por igual, terá um elemento diverso: a necessidade de aumentar o investimento público.

Este será o momento para um estímulo por parte dos governos e das instituições financiadoras, voltado para a recuperação financeira e económica. A resposta à crise terá de ser simultânea e imediata, mas deve ter em conta uma visão de longo prazo. O tipo de receitas a aplicar não variarão muito: reformas fiscais, subsídios, transferências e o aumento de investimento público em setores ou em projetos estratégicos.

Sem dúvida que, desta vez, vai ser essencial o aumento do investimento público e as opções tomadas nesse âmbito serão absolutamente cruciais e terão um enorme impacto no modelo de desenvolvimento do país e na sua evolução no médio e no longo prazo. Estamos obrigados, hoje, a tomar decisões rápidas com efeitos duradouros no sistema económico.

Este é o momento de preparar em Portugal um choque de investimentos público que permita dinamizar a economia de imediato. Temos de atender aos grandes desafios societários que se colocam hoje a nível nacional, europeu e mundial e que gerem benefícios a longo prazo para a sociedade e para a economia:

- a. A descarbonização da economia,
- b. O uso eficiente de recursos, apostando na Economia Circular,
- c. A resiliência das infraestruturas,
- d. A modernização e transformação digital de sectores económicos estratégicos,
- e. A preservação da biodiversidade e eliminação da poluição.
- f. A valorização do capital natural.

Entendemos a necessidade de termos uma Visão e uma Missão.

A nossa Visão é criar riqueza e bem-estar para a sociedade a partir de projetos de investimento que beneficiem a redução de emissões, promovam a transição energética, a mobilidade sustentável, a circularidade da economia e a adaptação e a valorização do território.

A nossa Missão é a de garantir que os temas ambientais são comumente aceites como aqueles que melhor podem contribuir para a recuperação da economia e para o combate à pobreza, no curto prazo, e, em simultâneo, construir uma sociedade mais justa e um território mais sustentável, no longo prazo.

Das fileiras de produção, distribuição e consumo, à valorização da biodiversidade, aos transportes e à valorização dos recursos naturais e geológicos, estabelecemos 10 objetivos que nos permitem concretizar a nossa missão. Com uma forte componente de investimento público, se para tal existirem condições de financiamento a nível europeu, mas também com a participação de investimento privado, queremos mobilizar 4,5 mil milhões de euros para

investimentos que apostam na sustentabilidade, que asseguram uma sociedade mais equilibrada e mais justa.

Senhoras e senhores deputados, deixem-me terminar evocando uma das ideias que mais consenso obtive junto dos especialistas que ouvimos na preparação destas políticas ambientais *post* Covid19. Para a maioria das personalidades que consultámos, a ‘economia verde’ é essencial para orientar a retoma pós-crise, porque respeita os recursos, porque é mais transparente, porque é socialmente mais justa, porque é mais mão-de-obra intensiva. Concordamos – é este o modelo que queremos adotar.

Obrigado.